

1 Ata da Sessão Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
2 Adolescente de Campinas, realizada aos doze dias do mês de março de 2024, às  
3 quatorze horas, de forma presencial. Estiveram presentes: Na abertura, Ricardo Leite  
4 de Moraes, presidente do CMDCA, gestão 2024-2025, e conselheiros titulares poder  
5 público: Giovanna Puosso Labbate, Andrea Maria Campedelli Lopes, Pamela Cristina  
6 Pereira, Fernando Henrique Martins, Marcelo Hennies, Elaine Cristina Garcia Ramos  
7 de Sousa e Mariana Barão. Presente a Suplente da Secretaria de Assistência Social,  
8 Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, Flávia Alves Batista. Titulares da  
9 sociedade civil: Ricardo Leite de Moraes, Silmara Cristina Ramos Quintana, Vanessa  
10 Cristina Dias de Souza; suplentes da sociedade civil: Vanessa Aguiar, Adriana  
11 Vitorino Rossi e Virginia Wehmuth Schmitt. Estiveram presentes os seguintes  
12 convidados(as): Silvana Aparecida M. Dias (Associação Direito de Ser), Jocymara  
13 Santos (Sapeca-PMC), Ana Vitória F. Soares (São João Vianney), Lincoln C. Moreira  
14 (Consultoria pele Preta), Karina Rodrigues Castro (Lona das Artes). Pauta:  
15 **Expediente:**1-Leitura, discussão e aprovação das atas das reuniões do colegiado de  
16 06 e 20 de fevereiro de 2024. Vanessa Dias considera que na ata do dia 20 o correto  
17 é mês de fevereiro. Aprovada com 11 votos de conselheiros em efetivo exercício. 2-  
18 Informes: a) Justificativas de ausências: Clarisse Carlota, Jeanne Maria Madureira de  
19 Camargo Rodrigues, Jair Resende de Almeida Silva, Camila da Cruz Santos. **Ordem**  
20 **do dia:** 1 - Aprovação dos nomeados da Comissão de Registro. A conselheira  
21 Silmara falou da necessidade da composição de mais pessoas nesta comissão.  
22 Comporão a comissão de registro: **(1)** Márcia Silva, **(2)** Luciana Teles, **(3)** Andrea  
23 Messeneiro, **(4)** Reginaldo Quintana, **(5)** Jocymara Martinez dos Santos, **(6)** Lincoln  
24 César Moreira, Lucínio Félix **(7)** e **(8)** Silmara. A conselheira Silmara seguiu falando  
25 da urgência dos prazos, do desafio das tarefas, disse que a comissão está se  
26 organizando para a sistematização dos procedimentos e se comprometeu a assinar  
27 conjuntamente com os membros as análises. Identificaram que existem algumas  
28 singularidades que não constam na Resolução 03/2021, no capítulo 4 e no Ofício  
29 Anexo Modelo C (não consta relatório e a apresentação da certidão negativa de  
30 débito). Silmara diz que enfraquece a atuação do conselho. Propõe que seja  
31 revisitada esta questão para a próxima validação. Em regime de votação. Aprovado  
32 por 11 conselheiros em efetivo exercício. **2)** Pedido de Registro definitivo do Centro  
33 Sócio Esportivo Ipê Amarelo. Silmara apresenta o registro e afirma que está de  
34 acordo com a resolução 03/2021. Virgínia Wehmuth Schmitt, representante da  
35 entidade, convidou todos a conhecerem a instituição. Silmara falou do aspecto da  
36 transversalidade de políticas públicas na atuação da entidade na promoção das

37 crianças e adolescentes. Em Regime de votação: Aprovado por 10 (dez) votos de  
38 conselheiros em efetivo exercício. Abstenção da Sra. Virgínia Wehmuth Schmitt que  
39 representa a entidade. **3 )** Apresentações das comissões. Silmara fala do Comitê de  
40 Medidas Socioeducativas, destacando a redução do número de atendimentos pelos  
41 serviços, o que não significa que há a diminuição do número de jovens em conflitos  
42 com a lei. Falou que as duas executoras das medidas socioeducativas, estão  
43 passando por sérias questões de saúde financeira. Falou também, que uma pesquisa  
44 nacional demonstrou que os jovens de maioria negros e periféricos, não estão  
45 recebendo o devido processo legal, acabam recebendo punições físicas de  
46 espancamentos ou são mortos. O governador do Estado de São Paulo afirmou que  
47 não tem a obrigação de cuidar dos jovens em privação de liberdade. É um momento  
48 muito grave que põe em risco os direitos dos jovens. Fala que o sistema de garantia  
49 de direitos, em Campinas, é bem estruturado. O Plano Municipal de Medidas  
50 Socioeducativas completa 10 anos e será refeito esse ano. Não estava prevista uma  
51 consultoria para o plano e será visto dentro dos recursos existentes. Será intersetorial  
52 e haverá uma consulta pública. Este conselho publicará o segundo plano de medidas  
53 socioeducativas. Do ponto de vista dos representantes falta um membro. Este comitê  
54 tem uma diretoria e é necessário ser refeito, desde que tenha uma publicação  
55 ratificando o nome da própria Silmara e do Marcelo. Questionada sobre o fechamento  
56 de unidades afirma que foi fechada a unidade San Martin. Questionada sobre qual  
57 esfera de governo realizou o fechamento, afirma que a privação de liberdade é  
58 responsabilidade estadual. Já em meio aberto há duas executoras de medidas que  
59 são organizações da sociedade civil (Seta e COMEC). Apresenta que ocorreram  
60 tentativas infrutíferas de cogestão. Reflete que esse movimento pode estar ligado à  
61 redução da maioria penal. Propõe a interlocução com outros conselhos de direitos  
62 para preservação dos direitos historicamente construídos. Silmara continua a  
63 explanação sobre a Comissão de Registro e fala que em princípio estava trabalhando  
64 com situações emergenciais. Retoma a fragilidade da Resolução 03/2021. Considera  
65 que Campinas sempre foi de vanguarda no lançamento de documentações. Nem  
66 sempre o CONANDA explicitou quais critérios devem ser adotados para validação das  
67 inscrições. Compreende que não poderá alterar a resolução neste momento, dado  
68 que as entidades pleiteiam recursos. Afirma os aspectos da intersetorialidade deste  
69 conselho. As análises ainda não foram disponibilizadas porque aguardava a  
70 constituição da comissão. Fala de equívocos com relação ao CNPJ. Comemora o  
71 número de oito membros. Até 25 de março receberão as documentações das OSC.  
72 Vanessa Dias fala da Comissão de relações étnico-raciais. É uma comissão nova.

73 Afirma que foi pensado um processo formativo de letramento racial. Fala das  
74 dificuldades dos próprios serviços em perguntar sobre a autoidentificação das  
75 pessoas. Fala que foi pensada uma plataforma EAD como um lugar de acesso sobre  
76 pensadores, metodologia. A comissão decidiu fazer uma parte da formação neste ano  
77 e outra no próximo. Foram pensadas questões sobre o recebimento de denúncias por  
78 parte do CMDCA. Pensar estratégias para o combate da violência racial. Fala da  
79 importância em educar as crianças/adolescentes para perceber a violência racial. Já  
80 foram realizadas duas reuniões, nas terceiras segundas-feiras do mês. Na reunião  
81 passada contaram com 18 pessoas, principalmente da educação e assistência.  
82 Convida as pessoas da saúde. Fala que é um espaço de ampliação. Fala da  
83 importância de uma pessoa para operacionalizar o processo que é complexo.  
84 Questiona o porquê não estar relacionado às notificações de violência com aspectos  
85 de raça/gênero. Querem ouvir crianças e adolescentes neste ano, elaborando um  
86 diagnóstico. Ao final espera-se que seja feita uma cartilha com os fluxos, os dados,  
87 etc. Ricardo fala que a composição desta comissão traz profissionais com outros  
88 alcances através de tecnologia social. Fala que em novembro seria um momento para  
89 a escuta das crianças e adolescentes. Diz sobre a necessidade de se considerar o  
90 genocídio da juventude negra. Propõe uma interlocução com o sistema de medidas  
91 socioeducativas. Lincoln e Andrea falam da necessidade de aproximação do  
92 Observatório de Violências. Lincoln entende que é um bom caminho elaborar uma  
93 política de estado que terá desdobramentos. Virgínia da Comissão de Legislação e  
94 Normas diz que precisa de auxílio para iniciar os trabalhos. Ricardo coloca que há a  
95 necessidade de revisão da documentação. Giovanna fala da Comissão da Alta  
96 Complexidade. As reuniões acontecem nas primeiras segundas-feiras do mês, das  
97 14h às 16h, de forma virtual. Há boa participação dos coordenadores dos serviços de  
98 acolhimento, no entanto pensa-se em ampliar a participação dos profissionais e,  
99 futuramente, envolver as crianças e adolescentes. A comissão tem trabalhado em 4  
100 frentes: (a) Programa Família Guardiã Subsidiada, cuja discussão iniciou em 2015, foi  
101 elaborada a minuta da Lei de criação do programa no município, no entanto, diante do  
102 ano eleitoral e suas legislações, não será possível implantá-lo em 2024. Apesar disso,  
103 a Comissão persistirá e avançará com a elaboração do projeto técnico do Programa.  
104 (b) Encontros do CÁ entre nós (Crianças e Adolescentes entre nós). Com o objetivo  
105 de aprimorar a qualidade dos serviços prestados, por meio da partilha de práticas  
106 exitosas, foram realizados 2 encontros em 2023, sendo o primeiro aberto para a rede  
107 de serviços e o segundo somente para os profissionais dos serviços de acolhimento.  
108 Avaliou-se a importância desses dois momentos, mas em ações distintas. Divulgação

109 do Acolhimento Familiar (Serviço em Família Acolhedora e Serviço de  
110 Apadrinhamento Afetivo), com o objetivo de ampliar o número de famílias  
111 acolhedoras. Tem sido um desafio conseguir orçamentos de produtoras para a  
112 criação de conteúdo. Silmara fala do processo e critérios para se tornar uma família  
113 acolhedora e sugere pensar em formas de favorecer a captação das famílias através  
114 de formações EAD, vídeos - diretório como a Comissão de relações étnico-raciais  
115 propôs. (d) Capacitação para os profissionais das equipes. (e) Garantir em legislação  
116 o pedagogo na equipe dos serviços de acolhimento. Ainda não foi iniciada a  
117 discussão sobre esse tema. Sobre a Comissão de Prevenção e Defesa dos Direitos  
118 das Crianças e Adolescentes, Giovanna fala que a conselheira Clarice assumiu a  
119 coordenação, mas ainda não ocorreu a primeira reunião do ano. Apesar dos esforços  
120 anteriores de participação de representantes de todas as políticas públicas,  
121 atualmente participam representantes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento  
122 de Vínculos (SCFV). Portanto, o planejamento das ações acaba sendo direcionado  
123 para esta realidade. Destaca-se que, em 2023, foi realizado o 1º encontro de boas  
124 práticas entre os educadores sociais dos SCFV, atingindo 300 educadores. Os  
125 participantes avaliaram essa ação como inovadora e exitosa, considerando o dia  
126 como produtivo e repleto de aprendizado e troca de experiências. Os educadores  
127 expressaram sentir-se valorizados e ressaltaram a importância de realizar mais  
128 encontros como esse no futuro. Assim, planeja-se realizar o 2º encontro em 2024.  
129 Outro tema discutido pela Comissão refere-se à saúde mental das crianças e  
130 adolescentes e o manejo dos profissionais. No simpósio, foi abordado o Transtorno do  
131 Espectro Autista. A Dra. Andrea fala da Comissão da Primeira Infância, coordenada  
132 pela conselheira Jeanne, da qual faz parte. A próxima reunião acontecerá na quinta-  
133 feira e cerca de quatorze pessoas tem participado. A primeira reunião de 2024, contou  
134 com a presença da Flávia Guimarães e Lu Nunes com a proposta de assessoria na  
135 perspectiva de articulação de ações em prol da primeira infância. Em abril, nos dias  
136 03, 04 e 05 será realizado o III Seminário da Primeira Infância. Uma ideia é plantar  
137 uma árvore para cada criança nascida. Lincoln questiona se as ações estão alinhadas  
138 à execução do Plano Primeira Infância Campineira (PIC), pois o monitoramento da  
139 implementação do plano deve ser o esforço principal. Vanessa Aguiar Cruz expressa  
140 que as ações do PIC não chegaram às regiões de maior vulnerabilidade, tal como o  
141 Campo Belo. Por fim, Ricardo propõe que na próxima reunião os coordenadores das  
142 Comissões de Prevenção, Primeira Infância, e Jovem Aprendiz apresentem as  
143 comissões. Não havendo mais nada a se tratar, eu, Fernando Henrique Martins, lavrei  
144 a presente ata.